

/ PALAVRA DO LEITOR

Ponte do Guaíba

As paralisações na Ponte do Guaíba, devido ao içamento, geram impactos na cadeia logística e levantam críticas sobre a manutenção da estrutura (Jornal do Comércio, edição de 18/08/2026). Para resolver o problema de trânsito, há medidas simples. No sentido Porto Alegre/Interior tem que colocar um letreiro antes da subida, avisando que a ponte vai subir. No sentido Interior/Porto Alegre, o letreiro deve ser instalado na ponte do Saco da Alemoa, também indicando que a ponte será elevada. Com esses avisos, o motorista pode fazer os desvios para usar a ponte nova. *(Sidney Sousa Ferraz Silva)*



Infraestrutura

Na Coluna Começo de Conversa, Fernando Albrecht comentou sobre a situação das pontes no Brasil - 2,4 mil pontes federais já atingiram a vida útil de 50 anos e 547 estão em estado crítico (JC, 18/08/2026). Sou leitor assíduo da coluna Começo de Conversa, de Albrecht. Interessante saber que a vida útil de uma ponte é de 50 anos, quase o tempo que demora para ficar pronta. *(Ivanio dos Santos Branco)*

Impostos

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que não há motivo para se ter medo da reforma tributária, e disse que o que o preocupa é a possibilidade de o País manter o atual quadro de complexidade e insegurança no sistema de impostos (JC, 17/08/2026). Os brasileiros e contribuintes serão fiscais pro bono do Estado, concentrado no federal. Municípios e estados perderão suas autonomias tributárias. O princípio federativo está em extinção. *(Paulo Junqueira)*

Varejo

Unidades das lojas Ponto e da Casas Bahia foram fechadas em diversas cidades do Rio Grande do Sul, surpreendendo funcionários da rede (JC, 14/08/2026). Há impostos por todos os lados, embutidos nos aluguéis, na carteira dos trabalhadores, nos produtos. Não há lojista que aguento. *(Cristiane Holler Herberts)*

Turismo 4.0

A cadeia produtiva do turismo regional passa por uma mudança significativa. Se no ano de 2026 o Estado já recebeu 923 mil turistas internacionais, este número deve dobrar se considerarmos os nacionais. Afinal, quem se desloca de uma cidade a outra, por 24 horas, já é considerado um turista, de acordo com a Organização Mundial do turismo. E, hoje em dia, na era da informação, os turistas buscam uma experiência autêntica, ao invés de algo genérico. Mas para saber exatamente o que somos e quem queremos, precisamos ter dados e ser assertivos na utilização dos mesmos, pois só assim geramos renda recorrente e não sazonal. *(Rodrigo Araújo, por e-mail)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Saneamento: parcerias para quem?

Ademir Pereira* e Elisandro Oliveira**

O artigo da presidente da Aegea/Corsan celebra parcerias com a indústria gaúcha e ganhos de eficiência. Mas o debate público que acompanhamos no parlamento, por meio da Comissão Especial sobre a Aegea, bem como nos municípios, é bem diferente do que o texto retrata. E a pergunta central fica sem resposta: esses ganhos estão dimensionados e haverá transparência sobre impactos na tarifa de água e esgoto?

Desafiamos a presidente a indicar onde um cidadão gaúcho encontra, hoje, as obras feitas em seu município em 2025 e as que estão em andamento neste ano. Não encontra. Os contratos foram assinados apenas com metas – uma intermediária em 2028 e a final em 2033 –, sem qualquer plano anual e físico de obras que permita fiscalizar a caminhada rumo à universalização, especialmente do esgoto.

Enquanto isso, a conta sobe. Temos a segunda tarifa mais cara do País, atrás apenas do Rio de Janeiro. Só em 2026 foram dois reajustes, num total de 10,4%, 2,4 vezes mais que o IPCA de 2025 (4,3%). Em Santa Cruz do Sul, a agência reguladora municipal calculou que a tarifa social exigiria reajuste de apenas 2% – não os 5,76% aprovados recentemente.

E os investimentos? Estagnados. O lucro líquido quase triplicou, chegando a R\$ 2,4 bilhões em 2025; entre 2023 e o início de 2026, R\$ 3,6 bilhões foram distribuídos como dividendos aos acionistas. Ao

mesmo tempo, são alardeados com pompa investimentos médios no mesmo patamar até 2033 (R\$ 1,5 bi/ano), enquanto os gastos com pessoal caíram abruptamente para menos da metade já em 2024, precarizando o atendimento. Arrecada-se mais, lucra-se muito mais, mas investe-se no teto previsto. Assim, haverá a entrega do que foi prometido?

Há sinais graves. As amostras de controle da qualidade da água despencaram cerca de 90% após 2023: a cada dez análises que a Corsan estatal fazia, a concessionária faz uma. E o Ministério Público registrou 198 procedimentos envolvendo a empresa até maio de 2026.

Parceria, inovação e tecnologia são bem-vindas. Mas saneamento é serviço essencial, não fonte de dividendos recordes. O futuro que interessa aos gaúchos é o da água de qualidade, da tarifa justa e da obra que chega ao município – com transparência e controle público.

Ex-diretor-administrativo do Departamento Municipal de Esgotos Pluviais (DEP) e ex-diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae)***

São alardeados com pompa investimentos médios no mesmo patamar até 2033 (R\$ 1,5 bi/ano)

Por uma geração que possa inovar e crescer

Cristieni Castilhos

Em tempos de inteligência artificial, lembro da minha infância, quando a viagem de Canoas a Amaral Ferrador, para visitar a família, era marcada por um momento simbólico em que o sinal de celular sumia, como uma fronteira entre dois mundos. Enquanto muitos gaúchos ainda viviam desconectados, minha família teve acesso ao 1º

Em um mundo cada vez mais moldado pela IA, precisamos criar oportunidades em todas as escolas

computador. E, assim, vi meu irmão, aluno de escola pública, criar um e-commerce antes dos 18 anos e mudar seu destino. Não foi milagre, mas sim o acesso a oportunidade, o que muitos jovens da escola pública ainda não têm.

Passados mais de 20 anos, o cenário não é diferente. O Brasil é um dos países que mais usam redes sociais no mundo e está entre os maiores mercados de smartphones. Mas isso não significa, necessariamente, inclusão digital. Dados do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) mostram que apenas 24% da população brasileira têm habilidades digitais básicas.

Na pandemia, as desigualdades ficaram ain-

da mais evidentes: quem tinha computador e internet acompanhava as aulas; quem não tinha, disputava o celular dos pais e ficava para trás. Ter apenas celular não garante acesso real nem aprendizagem no mundo digital.

A experiência do meu irmão despertou em mim a vontade de trabalhar com a inclusão digital. A MegaEdu, organização sem fins lucrativos que apoia governos a garantir acesso ao mundo digital a todos os estudantes, foi criada para responder a essa inquietação. Seu trabalho já chegou a mais de 200 Secretarias de Educação e, agora, também ao Rio Grande do Sul, com a Política de Tecnologia na Educação Pública e o Referencial Curricular Gaúcho para Computação. O Estado foi o que mais investiu em dispositivos para as escolas públicas, segundo o Censo Escolar 2025.

Estudos publicados pela revista The Economist indicam que ampliar a conectividade e o uso qualificado da tecnologia nas escolas públicas pode gerar ganhos de produtividade e aumento do PIB entre 2% e 7%. Portanto, não é uma agenda só da educação, mas coletiva.

Em um mundo cada vez mais moldado pela IA, precisamos criar oportunidades em todas as escolas, como as 2.138 do RS. E permitir que os estudantes possam explorar o mundo da tecnologia, assim como meu irmão sonhou, um dia.

Fundadora e diretora-executiva da MegaEdu

